

Controle e medicalização do “baixo espiritismo” pela psiquiatria pernambucana

José Rogério de Oliveira*

Resumo: Intentamos colocar em questão a relação entre a medicina psiquiátrica e o poder público que acionaram, juntos, mecanismos de controle e disciplinarização do “baixo espiritismo”, na década de 1930, em Pernambuco. Procuramos desvelar as implicações históricas a partir do exame de discursos e práticas da psiquiatria, através da vigilância e repressão aos adeptos das religiões afro-brasileiras. Trata-se, sobretudo, de evidenciar o caráter persecutório da Liga de Higiene Mental do Recife aos terreiros de nosso Estado e constatar, assim, que tais repressões foram executadas porque, nestes locais, muitas pessoas, das camadas mais pobres em sua maioria, acorriam em busca de alívio para muitos de seus males psíquicos; o que, segundo o discurso psiquiátrico, dificultou o projeto de medicalização social idealizado pela medicina psiquiátrica e legitimado por um arcabouço político-jurídico.

Palavras-chave: Psiquiatria – Controle – Religião.

Abstract: We attempted to put in subject the relationship among the psychiatric medicine and the public power that worked, together, control mechanisms and discipline of the "low spiritism", in the decade of 1930, in Pernambuco. We tried to reveal the historical implications starting from the exam of speeches and practices of the psychiatry, through the surveillance and repression to the followers of the Afro-Brazilian religions. It is treated, above all, of to evidence the character of persecution of the League of Mental Hygiene of Recife to the “yards” of our State and to verify that such repressions were executed because, in these places, a lot of people, of the poorest layers in his/her majority, assisted in search of relief for many of their psychic evils; the one that, according to the psychiatric speech, it hindered the project idealized by the psychiatric medicine and legitimated by the State.

Keywords: Psychiatry – Control – Religion.

Em inícios do século XX, o discurso psiquiátrico amparado por teorias médicas e da criminologia – Sanitarismo, Higienismo, Eugenia e Degenerescência – ampliou seus raios de ação à sociedade legitimando-se, sobretudo, por um arcabouço político/jurídico. Assim, esses discursos, quando materializados, tornaram-se, em pouco tempo, eficazes instrumentos dentro do processo de normatização da sociedade brasileira, em especial nas classes consideradas subalternas, promovendo perseguições, prisões e privações dos direitos de incontáveis homens, mulheres e crianças.

A essas novas teorias, importadas na sua maioria, importava perceber que o louco¹ não era considerado apenas o Outro da Razão humana, em que bastava a observação de comportamentos melancólicos, libertinos ou furiosos, para o enclausuramento destes nos velhos Asilos para alienados. A psiquiatria, ao redefinir a loucura, observava e asseverava que o louco não era somente o inverso simétrico do cidadão burguês, civilizado, moderno e produtivo, idealizado pelo Estado, passando também a ser visto como desajustado, delinqüente, fanático, promíscuo, etc., capaz de, com seu inapropriado comportamento, desestabilizar o bom ordenamento social; daí que essas modernas orientações psiquiátricas, respaldadas pelo mito da neutralidade científica, procuraram agir de maneira mais enfática no Meio, observando sistematicamente as causas que possibilitassem a produção e o aparecimento da loucura buscando, com isso, arrefecê-las.

Em 1909, o psiquiatra pernambucano Dr. Alcides Codeceira, anunciava que idéias religiosas ou superstições eram uma das principais “causas predisponentes da loucura”. Para ele,

Nada é mais comunicável do que as idéas de religião e de mysticismo! Sua influencia sobre a produção da loucura, conhecida desde longe, [...], se faz sentir em nosso meio, auctorizando-me a afirmar, com dados estatísticos, que, com o alcoolismo e a syphilis, tem contribuído para equilibrar o meio milhar de alienados que povoam constantemente o nosso Hospício (CODECEIRA, 1909: 9).

A fala desse psiquiatra evidencia a nova característica da ação psiquiátrica na sociedade, que é a ênfase dada aos aspectos de sociabilidade que poderiam levar o indivíduo à loucura. Fazia-se necessário, então, controlar os focos de produção da loucura para melhor preveni-la. A loucura vista pela psiquiatria não visava mais aos comportamentos individuais inadequados, suas causas passaram a não ser consideradas apenas morais, pois, além desse aspecto, outros se tornaram fundamentais para que essa ciência médica pudesse então explicar e precocemente combater a loucura.

Assim, vieram somar às causas morais os agentes deflagradores da loucura no corpo (causas biológicas) e no Meio (causas sociais). Pois como afirmou o mesmo Codeceira, a psiquiatria por esses tempos tornou-se “[...] um ramo ao mesmo tempo psicologico, clinico, anatômico e sociológico da sciencia medica ou, a bem dizer, da BIOLOGIA” (CODECEIRA,

¹ A palavra “louco” quando empregada no presente texto refere-se a todos os homens, mulheres e crianças um dia diagnosticados por médicos psiquiatras que, legitimados por uma imprecisa ciência clínica, tornaram-se míopes aplicadores e classificadores de uma verdade deformada acerca da razão humana. Valendo salientar que tal termo é aqui utilizado em sua positividade e em oposição aos termos característicos da medicina psiquiátrica clássica (alienado, psicopata, doente mental, etc.), pois que estes reforçam os preconceitos sociais sobre o louco e corroboram com idéias e práticas de reclusão e exclusão desse Outro.

1909: 6). Dessa forma, os estudos e investigações da psiquiatria passaram a ter mais importância científica, uma vez que os psiquiatras após abarcarem outros ramos do saber e, para além da medicina clínica, sentiram-se seguros em sua quixotesca busca pela cura da loucura.

Com o estudo e o conhecimento sobre a *etiologia* das enfermidades da mente, os psiquiatras acreditaram ter estabelecido as premissas para o desenvolvimento da *profilaxia* e uma conseqüente prevenção das ditas *moléstias mentais*. Com uma excessiva confiança, passaram a crer que saberiam dessa maneira evitá-las, bastando para isso reprimir os agentes e os focos de produção da loucura.

Em Pernambuco, no ano de 1924, a Misericórdia do Recife celebrou um acordo² com o Estado para a transferência da direção do *Hospital de Alienados da Tamarineira*, que até então continuava a ser administrado por pessoal religioso. Esta instituição, após o acordo, passou a ser gerida pelo governo estadual. O governador do Estado, na época Sérgio Loreto, empossou como diretor o Dr. Ulysses Pernambucano. Imediatamente, este médico deu início a uma ampla reforma predial no antigo asilo que passou a ser chamado *Hospital de Doenças Nervosas e Mental*.

Após a revolução ocorrida em 1930 que, vitoriosa, conseguiu depor o presidente Washington Luís, substituindo-o por Getúlio Vargas, o Dr. Ulysses foi convocado pelo então Interventor Federal em Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti, para continuar na direção do Hospital e organizar todo o serviço de assistência aos psicopatas. Competia-lhe agora estabelecer as bases para uma nova administração, organização e estruturação de toda a assistência psiquiátrica pernambucana. Além da reforma predial, o Dr. Ulysses conseguiu implementar outras reformas de caráter mais condizentes com o novo aporte científico da psiquiatria na época.

O norte teórico seguido por Ulysses preconizava a transposição dos muros do asilo e associava-se diretamente às teorias idealizadas por Emil Kraepelin, que integrava a corrente organicista-higienista³ alemã e que tinha, no Brasil, um fiel aplicador de seus métodos, o Dr. Juliano Moreira. Esta teoria, por sua vez, resgatou e modernizou a antiga noção de “Degenerescência”, elaborada ainda no século XIX por Morel. Em seu lugar, surgiu

² Acordo sancionado pela Lei Estadual 1639, que em seu artigo 1º decretava ficar o governador do Estado autorizado a avocar, de acordo com a Santa Casa de Misericórdia do Recife, a administração do Hospício de Alienados.

³ Segundo Vera Portocarrero, a junção da noção de degenerescência (na qual a loucura passa a ser vista mais como uma anormalidade de causa biológica do que como doença mental) mais a teoria físico-moralizante preconizada por Esquirol (constituída enquanto estudo das desordens do comportamento social de causa moral) marca a duplicidade indelevelmente a duplicidade do saber psiquiátrico da época (Cf. PORTOCARRERO, 2002: 78-79).

o conceito de “Anormalidade”; este, a seu turno, a partir da observação, descrição e classificação dos sintomas clínicos, e da análise e evolução anatomopatológica, serviu de referencial teórico ao médico pernambucano, que fundou, em 1931, o Serviço de Assistência a Psicopatas em Pernambuco⁴, sob a chancela do Interventor do Estado, o que denota a estreita relação entre psiquiatria e Estado.

No dia primeiro de Janeiro de 1931, entrou em vigor no Estado o Decreto nº 26 assinado pelo então Interventor Federal Lima Cavalcanti, no qual se lê, entre outras coisas, sobre as novas funções da psiquiatria, no que tange principalmente à criação de novos espaços para o louco crônico e de terapêutica para os não-alienados, além de serviços de caráter preventivo para alguns indivíduos ou grupos.

Com isso, as reformas perseguidas pelo Dr. Ulysses conseguiram, em grande parte, ser realizadas, uma vez que foram legitimadas pelo poder público instituído. Estas reformas, por sua vez, incidiram sobre uma maior parcela da sociedade como forma de conhecimento, controle e apropriação, respectivamente. A seu turno, isto acarretou uma maior observação científica e de controle social sobre as práticas das religiões afro-brasileiras que, a partir da psiquiatria, passaram a ser explicadas em termos da medicina psiquiátrica, patologizando-as.

Esta apropriação dos cultos afro-brasileiros, pela medicina psiquiátrica, alargou os preconceitos sociais contra os seus praticantes. Em 1932, foi publicado um artigo nos *Arquivos de Assistência a psicopatas de Pernambuco*, escrito a quatro mãos, por José C. Cavalcanti e Dinice C. Lima, e intitulado *Investigações sobre as religiões no Recife: “o espiritismo”*. A partir de sua leitura, concluímos que além de divulgar o “baixo espiritismo”⁵ como agente patrocinador de doenças mentais, por possuir em seus ritos elementos de sugestibilidade, os autores comparavam o transe dos babalorixás e ialorixás a uma “psiconeurose semelhante à Histeria” (BORGES, 1932: 138-145) e, também, sublinharam o caráter policial dessas práticas espíritas, por considerarem-nas charlatanismo⁶.

⁴ Dentre as reformas empreendidas pelo Dr. Ulysses Pernambucano, através do Serviço de Assistência a Psicopatas, destacamos os serviços de assistência a alienados e não alienados, a criação do primeiro manicômio Judiciário de Pernambuco, a construção da Colônia de Alienados em Barreiros, a criação do Serviço Aberto, a do Serviço de Higiene Mental e a do Serviço de prevenção a doença mental; ele ainda idealizou uma Escola para Anormais e fundou o primeiro Instituto de Psicologia no Estado; ainda realizou as publicações do Boletim de Higiene Mental e as dos Arquivos da Assistência a Psicopatas de Pernambuco, para o escoamento das pesquisas psiquiátricas realizadas na Escola Psiquiátrica do Recife, também idealizada e efetivada pelo incansável Ulysses.

⁵ Os termos “baixo espiritismo” ou “religiões inferiores” eram constantemente empregados por médicos psiquiatras no Estado de Pernambuco em jornais, artigos, teses ou boletins médicos para designar as religiões afro-brasileiras, por considerarem essas práticas religiosas permissivas e primitivas; sendo considerados os seus praticantes, pelo discurso psiquiátrico, como místicos, grosseiros e preguiçosos.

⁶ Para uma investigação mais aprofundada, aconselhamos a leitura da Dissertação de Mestrado de Maria Concepta Padovan, intitulada *As Máscaras da Razão: memórias da loucura no Recife durante o período do Estado Novo (1937-1945)*, defendida em Fevereiro de 2007 na Pós-Graduação em História, pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

Além deste, um outro trabalho precisa ser, aqui, destacado: o artigo elaborado pelo Dr. Ulysses e por Helena Campos (monitora do Serviço de Higiene Mental). A pesquisa realizada entre os anos de 1928 e 1930 teve sua primeira publicação datada no ano de 1932, pela revistas dos *Arquivos da Assistência a Psicopatas de Pernambuco*. Esse estudo procurou avaliar, entre outras coisas, a incidência de doenças mentais na *raça negra*, em relação às outras, sendo sua conclusão a de que no caso dos negros a hereditariedade teria maior influência do que os fatores possibilitados pelo Meio, tornando-os mais vulneráveis a “psicopatias com lesões anatômicas” e a “psicoses tóxicas e infecciosas” causadas, sobretudo, por seus cérebros possuírem “menor resistência”.

Dito isto, fica claro o preconceito racial dos autores desse artigo por considerarem o negro biologicamente inferior. Para eles, os cérebros dos negros sendo “menos resistentes” que os de outras raças estariam mais predispostos às psicoses infecciosas, causadas pela sífilis; e as tóxicas, devido ao consumo de álcool. Ulysses e Helena se aproximaram, dessa forma, das idéias preconizadas pelo também psiquiatra baiano, o Dr. Raimundo Nina Rodrigues, e de sua crença na inferioridade da raça negra, conferida num caráter de *racismo biológico*.

Este artigo é paradigmático porque, além de reforçar o preconceito contra o negro, possibilitou a construção de idéias contrárias à cultura afro-descendente. E uma vez que grande parte dos fiéis das religiões afro-brasileiras se constitui de negros ou mestiços, essas religiões se tornaram, junto à sífilis e ao alcoolismo, um dos maiores propagadores da loucura em Pernambuco para os psiquiatras de então. Essas idéias impressas no citado artigo tornaram-se a balança em que se equilibraram as opções de controle e/ou de policiamento médico das práticas religiosas do dito “baixo espiritismo. A psiquiatria acreditava ser legítimo e necessário o combate aos focos irradiadores da loucura, que eram os terreiros.

O coroamento do controle e da medicalização do chamado “baixo espiritismo” deu-se efetivamente quando, no dia 11 de Novembro de 1934, por iniciativa de Gilberto Freire, (primo de Ulysses Pernambucano), teve início o 1º Congresso Afro-Brasileiro, que fora presidido por Ulysses Pernambucano. Este congresso contou com a participação de intelectuais do porte de Mário de Andrade, Luiz da Câmara Cascudo, Ascenso Ferreira, etc; contou ainda com as presenças de médicos, como Otávio de Freitas, Rui Coutinho e o próprio Ulysses Pernambucano que, na ocasião, apresentou o mesmo trabalho acima relatado, em que defende idéias racistas, intitulado *Doenças mentaes entre os negros de Pernambuco*. No principal salão do referido Congresso, realizou-se uma exposição com trabalhos de artistas plásticos modernistas como Cícero Dias, Di Cavalcanti, Lasar Segall, etc.

Os participantes desse Congresso, após assistirem a *toques* nos terreiros de babalorixás pernambucanos, como os dos pais Anselmo, Oscar e Rozendo, visitaram as novas e aparelhadas instalações dos Serviços de Assistência a Psicopatas, com seus laboratórios equipados para a aplicação de *malariaoterapia e choques insulínicos*, além do moderno e exemplar Gabinete de Biotipologia da Brigada Militar, onde se realizavam as infames medições de crânios que, muitas vezes, determinavam o internamento no manicômio, os testes de Q I (Quociente de Inteligência) e os testes de I M (Idade Mental). Ironicamente, muitos dos adeptos dos cultos afro-brasileiros sofreram os vexames e tormentos provocados por esses repressivos aparatos tecnológicos.

Esta iniciativa de intelectuais e médicos possuiu como proposta declarada pôr em exame as “consideráveis contribuições que as culturas negras trouxeram à formação nacional”⁷. Contudo, se atentarmos ao fato de que no art. 7, do já citado decreto de nº. 26, lemos que dentre os objetivos do programa de Higiene Mental de Pernambuco está o “Combate às causas de doenças mentais diretamente acessíveis: álcool, sífilis, baixo espiritismo, etc” (CARRILHO, 1937: 15), verificamos que, pelo menos no que tange à psiquiatria, a perseguição aos praticantes dos cultos afro-brasileiros se encontrava respaldada em legislação específica.

Mesmo descontando o espaço de tempo entre a assinatura do Decreto de nº 26 (1931) e a realização do Congresso Afro-Brasileiro (1934), observamos que a máxima da psiquiatria pernambucana era de fato controlar e medicalizar o dito “baixo espiritismo”, os seus religiosos, bem como os seus fiéis e até alguns oportunos visitantes, como foi o caso de Manuel Miguel Veras, de 28 anos, amolador, em cujo prontuário estava informado que era casado, analfabeto e sem psicoses. No espaço destinado à inscrição de seus antecedentes sociais, lemos que “freqüentou sessões espíritas para tratamento”; em uma dessas idas ao terreiro “manifestou-se na sessão e em sua casa”; sua esposa “refere que o observado jamais apresentou perturbações psicológicas”; quando perguntado sobre sua mediunidade, Miguel confirma que “os outros lhe reconhecem esta qualidade”⁸.

Miguel não era psicótico como deixou claro seu diagnóstico, deu entrada em sete de novembro de 1936 e saiu quatro dias depois, no dia onze. Seu prontuário ainda assevera que ele chegou em estado de “calmaria e orientado no tempo e no espaço”. Além disso, seu exame neurológico não apresentou nenhuma, segundo o médico que lhe recebeu,

⁷ As informações colhidas acerca da realização do 1º Congresso de Cultura Afro-Brasileira foram obtidas a partir da leitura do Boletim de Higiene mental, editado pelo Serviço de Higiene Mental da Assistência a Psicopatas; Ano II, Recife- novembro de 1934, numero XI, P. 3.

⁸ Informações obtidas no Prontuário nº 6167, Homens, livro 6150 a 7000, localizado nos Arquivos do Hospital Psiquiátrico Ulysses Pernambucano, em Recife.

anormalidade. Donde se conclui, uma vez que Miguel não foi o único a freqüentar o *espiritismo* para fins terapêuticos, que os praticantes, mesmo esporádicos, eram vigiados.

Um aluno de Ulysses Pernambucano, Pedro Cavalcanti, em elogioso artigo sobre o mestre, informa-nos que o professor Ulysses:

Logo no início das suas atividades, como diretor da Assistência a Psicopatas de Pernambuco, encaminhou-nos ao trabalho, naquela época difícil, de nos por em contacto com os terreiros do Recife, para a colheita direta de material de observação (CAVALCANTI, 1937: 51).

Seguindo as trilhas deixadas por Cavalcanti, lemos que o recolhimento dos dados dessa pesquisa tinha um motivo confessadamente nobre, que era o de fazer o cotejo dos dados recolhidos em Pernambuco com os coletados na Bahia, pelo também psiquiatra e professor Arthur Ramos, e que em si já era uma retomada dos trabalhos iniciados por Nina Rodrigues. Essas pesquisas interestaduais buscaram evidenciar o sincretismo religioso das “seitas africanas”, suas transformações e modificações, na tentativa de “acabar entre nós, com as perseguições policiais aos terreiros” (CAVALCANTI, 1937: 51).

Porém, o que desta pesquisa resultou foi que, após uma reunião com todos os babalorixás do Recife, realizada em 1932, na Diretoria Geral da Assistência a Psicopatas, presidida pelo Diretor da Assistência, professor e médico psiquiatra Ulysses Pernambucano, ficou acertado que o propósito desta reunião era “conseguir para as seitas uma existência legal”. Com isso, “O Serviço de Higiene Mental da Assistência a Psicopatas, tem hoje sobre seu controle, todas as seitas africanas da cidade e recolhe um abundante material, dos cultos, entre nós” (CAVALCANTI, 1937: 52). A psiquiatria passou, assim, a emitir Licenças de funcionamento para os terreiros de Pernambuco.

Dizem enfim, que em lugar do Deus cristão passou a imperar o padrão de normalidade. E foi exatamente por essa brecha que a psiquiatria pôde apropriar-se cientificamente das religiões afro-brasileiras, aprimorando o controle e a medicalização sobre essas religiões, consideradas primitivas e fora dos padrões idealizados pela sociedade cristã burguesa.

Referências bibliográficas:

Boletim de Higiene mental: editado pelo Serviço de Higiene Mental da Assistência a Psicopatas. nº XI, ano II. Recife. Nov. 1934.

- BORGES, José C. Cavalcanti; LIMA, Dinice C. *Investigações sobre as religiões no Recife: “o espiritismo”*. In: **Arquivos de Assistência a psicopatas de Pernambuco**. Ano II. Recife. Abr. 1932. Pp. 138-145.
- CARRILHO, Heitor. *Ulysses Pernambucano e a organização dos serviços de assistência a psicopatas em Pernambuco*. In: **Estudos Pernambucanos Dedicados a Ulysses Pernambucano**. Recife: Oficinas Gráficas da Empresa JORNAL DO COMMERCIO S/A, 1937. Pp. 15-18.
- CAVALCANTI, Pedro. *Ulysses Pernambucano e as Seitas Africanas*. In: **Estudos Pernambucanos Dedicados a Ulysses Pernambucano**. Recife: Oficinas Gráficas da Empresa JORNAL DO COMMERCIO S/A, 1937. Pp. 51-52.
- CODECEIRA, A. **A Prophylaxia da Loucura**: memória lida perante o 1º Congresso Medico Pernambucano. Recife: Imprensa Industrial, 1909.
- PADOVAN, Maria Concepta. **As Máscaras da Razão**: memórias da loucura no Recife durante o período do Estado Novo (1937-1945). Fev. 2007. Recife: UFPE (Dissertação de Mestrado em História).
- PORTOCARRERO, Vera. **Arquivos da Loucura**: Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da Psiquiatria. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.
- Prontuário**. n° 6167, Homens, livro 6150 a 7000, localizado nos Arquivos do Hospital Psiquiátrico Ulysses Pernambucano. Recife, 1936.